

NOVO REGIMENTO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DA SRA. BENEDITA DA SILVA) PT-RX

ASSUNTO:

Determina prévia notificação do consumidor para inclusão de seu nome nos registros dos Serviços Centrais de Proteção ao Crédito e órgãos assemelhados.

DESPACHO: CONST. E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ADM) - DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS - ART.24, II

À CONST. E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO em 12 de 06 de 1990

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Deputado, em 19

O Presidente da Comissão de Justiça e de Redação

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

90

DE 19

5249

PROJETO N.º

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 5.249, DE 1.990

(DA SRA. BENEDITA DA SILVA)



Determina prévia notificação do consumidor para inclusão de seu nome nos registros dos Serviços Centrais de Proteção ao Crédito e órgãos assemelhados.

(ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO(ADM);
DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS-ART.24,II)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

As Comissões: Art. 24, II

Constituição e Justiça e de Redação (ADM)
Defesa do Cons., Meio Ambiente e Minorias

Em 29/05/90.

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 5249, DE 1990
(Da Srª BENEDITA DA SILVA)

Determina prévia notificação do consumidor para inclusão de seu nome nos registros dos Serviços Centrais de Proteção ao Crédito e órgãos assemelhados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam os Serviços Centrais de Proteção ao Crédito e órgãos assemelhados existentes no País obrigados a notificar previamente os consumidores para o registro de seus nomes como inadimplentes.

Parágrafo único A falta de cumprimento às normas estabelecidas neste artigo propiciará ao consumidor intentar ação de perdas e danos contra o órgão responsável.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 5 (cinco) anos para manutenção dos nomes dos consumidores como inadimplentes nos registros dos Serviços Centrais de Proteção ao Crédito e órgãos assemelhados.

§ 1º O prazo a que se refere este artigo será prorrogado na hipótese de o associado responsável pela inclusão do nome do consumidor nos registros comprovar, através de certidão expedida pelo Poder Judiciário, que o está acionando para ressarcimento dos prejuízos.

§ 2º Decorrido o prazo estabelecido neste artigo, o Serviço Central de Proteção ao Crédito ou órgão assemelhado



será obrigado a expedir documento informando que o consumidor se encontra reabilitado perante o mesmo, sem qualquer alusão a sua inadimplência anterior.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua aplicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

O Abuso latente com que os Serviços de Proteção ao Crédito e órgãos assemelhados vêm agindo contra os consumidores exige uma tomada de posição pelas autoridades competentes, pois os associados, muitas vezes aliados a escritórios de cobranças inescrupulosos, ficam vários anos postergando o recebimento de uma dívida pelo valor justo e real da mesma, simplesmente para prejudicar o devedor.

Como cinco anos é o tempo suficiente para se intentar a cobrança de qualquer débito junto a Justiça, cremos que a reabilitação automática do devedor após este prazo é uma medida justa que beneficiará milhares de brasileiros nesta situação.

Estas as razões da apresentação deste projeto à apreciação dos ilustres companheiros desta Casa.

Sala das Sessões, 29 de maio 1990.


Benedita da Silva

PROPOSIÇÃO : PL. 5249 / 90
AUTOR : BENEDITA DA SILVA - PT/RJ

DATA APRES.: 29/05/90
** (Art. 24, II RI) **

Determina previa notificacao do consumidor para inclusao de seu nome nos registros dos Servicos Centrais de Protecao ao Credito e orgaos assemelhados.

Despacho :
Constituicao e Justica e de Redacao (ADM)
Defesa do Cons., Meio Ambiente e Minorias

.....